



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Rua Tomás de Vila Nova, número 300 - Bairro Centro  
Manaus-AM, CEP 69020-545  
- <https://hugv-ufam.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23531.002006/2026-66

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas acessórias, **sob o regime de execução empreitada por preço unitário, tipo menor preço global**, para o Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas - HUGV-Ufam e Anexos, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil) para 12 (doze) meses. A contratação se dará de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Sobre o regime de execução por preço unitário e por preço global, cabe citar a doutrina de Marçal Justen Filho:

"Na empreitada por preço global, existe um preço global pela obra ou serviço. O licitante obriga-se a executar a obra ou serviço, mediante remuneração calculada como um valor determinado.

Já na **empreitada por preço unitário**, o empreiteiro é contratado para executar o objeto, sendo o preço fixado por preço certo por unidades determinadas. Portanto, a remuneração do particular é obtida pelo somatório dos diferentes itens contemplados numa estimativa de execução." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 157)".

1.3. Vale lembrar, ainda, que o RCC 3.0, em seu art. 9º, apresenta as seguintes definições para os regimes acima apresentados:

*"I - **empreitada por preço unitário**: contratação por **preço certo de unidades determinadas**;*

*II - empreitada por preço global: contratação por preço certo e total".*

1.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, até o limite de 5 (cinco) anos, com base no art. 188 do RCC 3.0, observada a regularidade da prestação dos serviços, bem como condições de preços compatíveis com o mercado.

1.5. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução de empreitada **por preço unitário, tipo menor preço global**, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 1 - Descritivo e quantitativo do objeto**

| GRUPO | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | ITEM | CATEGORIA | QUANTIDADE ESTIMADA | QUANTIDADE DE | UNIDADE DE | QUANTIDADE TOTAL | LOCALIZAÇÃO |
|-------|--------|---------------|------|-----------|---------------------|---------------|------------|------------------|-------------|
|-------|--------|---------------|------|-----------|---------------------|---------------|------------|------------------|-------------|

|   |      |  |   |   | MENSAL DE<br>POSTOS DE<br>TRABALHO | PROFISSIONAIS | MEDIDA | ANUAL DE<br>POSTOS DE<br>TRABALHO |   |
|---|------|--|---|---|------------------------------------|---------------|--------|-----------------------------------|---|
| 1 | 5380 | Contratação de prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas acessórias | 1 | Apoio Operacional Administrativo (40h)              | 88                                 | 88            | Posto  | *1356                             | <b>HOSPITAL<br/>UNIVERSITÁRIO GETÚLIO<br/>VARGAS DA<br/>UNIVERSIDADE FEDERAL<br/>DO AMAZONAS</b><br>Rua Tomás de Vila Nova,<br>número 300 - Bairro<br>Centro<br>Manaus-AM, CEP<br>69020-545 |
|   |      |  | 2 | Apoio Operacional Administrativo Diurno (12h x 36h) | 6                                  | 12            | Posto  |                                   |   |
|   |      |  | 3 | Encarregado Administrativo (40h)                    | 01                                 | 01            | Posto  |                                   |   |
|   |      |  | 4 | Assistente Financeiro (40h)                         | 10                                 | 10            | Posto  |                                   |   |
|   |      |  | 5 | Técnico em Secretariado (40h)                       | 08                                 | 08            | Posto  |                                   |   |

**\*Nota:** Memória de Cálculo 113 postos de trabalho x 12 meses(período contratual). Os quantitativos de Postos de Trabalho acima são estimáveis.

A **Tabela 2** traz o quadro resumo dos postos que compõem esta contratação. O **Anexo I** deste Termo de Referência traz o dimensionamento por categoria profissional e por tipo de jornada de trabalho a ser desempenhado na estrutura do Hospital Universitário Getúlio Vargas - HUGV-Ufam e Anexos, assim como o **Anexo II** observa rol de atividades básicas, requisitos mínimos e perfil de cada categoria.

## 2. DIMENSIONAMENTO INICIAL E EFETIVAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

2.1. A **Tabela 2** e o **Anexo I** apresentam os quantitativos de postos de trabalho previstos neste Termo de Referência que representam a estimativa máxima total necessária de acordo com a demanda para assegurar o adequado funcionamento do Hospital Universitário, considerando o cenário atual e a expansão gradual da capacidade assistencial, não implicando, portanto, a obrigatoriedade de implantação imediata ou simultânea de todos os postos de trabalho unitários.

2.2. A efetiva implantação e o preenchimento dos postos de trabalho correspondente ao seu valor unitário ocorrerão de forma progressiva, condicionada à necessidade real da unidade hospitalar, à evolução das instalações físicas, à entrada em operação de novas áreas assistenciais e administrativas e ao incremento do volume de atendimentos e demandas reguladas advindas da Secretaria de Estado e Saúde do Amazonas - SES/AM, Gestor SUS, observando-se critérios de oportunidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público.

2.3. Tal sistemática decorre da própria natureza do objeto contratado e encontra respaldo no **regime de execução por empreitada por preço unitário**, adotado em razão da imprecisão inerente à definição prévia dos quantitativos efetivamente demandados, nos termos do art. 43, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, bem como do art. 9º, inciso I e § 3º, do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0). Desse modo, a Administração demandará e remunerará apenas os postos de trabalho efetivamente necessários e previamente autorizados, mitigando os riscos de ociosidade, desperdício de recursos públicos e superdimensionamento contratual.

2.4. A ampliação do quantitativo efetivamente contratado prevista neste Termo de Referência e no instrumento contratual, será operacionalizada sem necessidade de celebração de termo aditivo, desde que respeitados os limites estabelecidos e mantidas as condições originalmente pactuadas.

2.5. Para tanto, a execução dos acréscimos ocorrerá sob demanda, mediante a emissão de ordens de serviço pela fiscalização do contrato, as quais formalizarão cada implementação de novos postos. Tais ordens deverão ser precedidas de comunicação à contratada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contendo, de forma clara e objetiva, os locais de atuação, os horários de trabalho e as datas previstas para o início das atividades.

2.6. Para cada implementação, será emitida a respectiva Nota de Empenho, compatível com o quantitativo do posto de trabalho equivalente ao seu valor unitário autorizado via ordem de serviço, garantindo a correspondente cobertura orçamentária.

2.7. O pagamento corresponderá exclusivamente aos quantitativos efetivamente implementados dos postos de trabalho, sendo apurado com base nos respectivos preços unitários versus os postos de trabalho previamente contratados, de modo que cada ordem de serviço refletirá diretamente no valor a ser faturado no período de competência. Dessa forma, asseguram-se previsibilidade, planejamento operacional e segurança jurídica às partes, dispensando-se a formalização de aditivos contratuais para cada ampliação, desde que observadas as disposições deste Termo de Referência e do Contrato.

2.8. Exige-se, contudo, que a proposta comercial apresentada pela licitante contemple valores referenciais para todos os postos de trabalho descritos no Anexo I, independentemente de sua efetivação imediata. Tal exigência é indispensável para viabilizar a estimativa global do valor do contrato, assegurar a adequada previsão orçamentária, permitir a isonomia entre os licitantes e possibilitar a avaliação objetiva das propostas, em consonância com os princípios da transparência, planejamento, eficiência e julgamento objetivo.

2.9. Ressalta-se que a apresentação de preços unitários para todos os postos de trabalho não gera direito subjetivo à imediata implantação ou à remuneração automática dos quantitativos máximos de postos de trabalho estimados, constituindo-se tão somente em referencial contratual, a ser acionado conforme a efetiva necessidade da Administração, mediante ordem formal da fiscalização do contrato.

2.10. Em suma, a proposta comercial apresentada pela licitante deverá contemplar valores referenciais para todos os postos de trabalho descritos na “Tabela 2 e Anexo I”, independentemente de sua efetivação imediata, considerando os quantitativos e especificações técnicas exigidas, de modo a permitir a estimativa global do contrato e a devida previsão orçamentária.

**Tabela 2 - Quadro resumo dos postos de trabalho e quantidades de profissionais que compõem as categorias a serem contratadas:**

| [1]<br>SOLUÇÃO  | [2]<br>CATEGORIA<br>PROFISSIONAL   | [3]<br>COLETIVA DE<br>TRABALHO 2026/2026<br>Anexo Convenção<br>Coletiva (parâmetro)<br>(60715312) | [4]<br>QUANTIDADE<br>ESTIMADA<br>MENSAL DE<br>POSTOS DE<br>TRABALHO | [5]<br>QUANTIDADE<br>DE<br>PROFISSIONAIS | [6]<br>PERIODICIDADE<br>ANUAL | [7]<br>QUANTIDADE<br>ANUAL DE<br>POSTO<br>DE<br>TRABALHO<br><br>(4x6) |
|---|--|---|---|--|-------------------------------|---|
| Contratação de<br>prestação de serviços<br>continuados de apoio às<br>atividades<br>administrativas<br>acessórias | Apoio Operacional<br>Administrativo<br>(CBO 4110-05)<br>(40hs)             | Auxiliar Administrativo<br>(Cargo de Referência)  | 88  | 88                                       | 12                            | 1056  |
|   | Apoio Operacional<br>Administrativo Diurno<br>(CBO 4110-05)<br>(12h x 36h) | Auxiliar<br>Administrativo<br>(Cargo de Referência)   | *06   | *12                                      | 12                            | 72  |
|   | Encarregado<br>Administrativo<br>(CBO 4101-05)<br>(40hs)                   | Encarregado de<br>Serviços<br>(Cargo de Referência)   | 01  | 01                                       | 12                            | 12  |

|  |   |   |            |            |    |             |
|--|---|---|------------|------------|----|-------------|
|  | Assistente Financeiro<br>(CBO 4131-10)<br>(40hs)      | Assistente Financeiro<br>(Cargo de Referência)      | 10         | 10         | 12 | 120         |
|  | Técnico em<br>Secretariado<br>(CBO 3515-05)<br>(40hs) | Técnico em<br>Secretariado<br>(Cargo de Referência) | 08         | 08         | 12 | 96          |
|  | <b>TOTAIS</b>   |   | <b>113</b> | <b>119</b> |    | <b>1356</b> |

**\*Nota: O Posto de Trabalho - Apoio Operacional Administrativo Diurno** pela natureza da jornada 12 x 36 é composto por 2 Profissionais, ou seja, 01 Posto de Trabalho equivale a 02 Profissionais.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas acessórias, **sob o regime de execução por empreitada por preço unitário, do tipo menor preço global**, para o Hospital Universitário Getúlio Vargas - HUGV-Ufam e Anexos, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil), pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, revela-se necessária, adequada e juridicamente fundamentada para assegurar a continuidade, a eficiência e a regularidade das atividades institucionais da unidade hospitalar.

3.2. Registra-se que o objeto desta contratação está previsto no Plano Anual de Compras – PAC e no Plano de Aplicação de Recursos - 2026 – do Hospital Universitário Getúlio Vargas, conforme Processo: 23531.014133/2025-27 - (56590115).

3.3. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação, mediante acordo entre as partes, até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil– RCC 3.0, condicionada à regularidade da prestação dos serviços, à manutenção da vantajosidade econômica e à compatibilidade dos preços com aqueles praticados no mercado, em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

3.4. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), que se configura como a principal — e, para expressiva parcela da população, a única — porta de acesso aos serviços de saúde, a adequada estruturação administrativa das unidades hospitalares públicas constitui condição indispensável para a efetivação do direito fundamental à saúde. No município de Manaus, capital do estado do Amazonas, com população superior a 2,4 milhões de habitantes e marcada por elevada dependência do SUS, a pressão sobre a rede pública de saúde é contínua e crescente, em razão da limitada cobertura da assistência suplementar e da concentração regional de serviços de média e alta complexidade.

3.5. Nesse cenário, o Hospital Universitário Getúlio Vargas - HUGV-Ufam, enquanto unidade integrante da Rede HU Brasil, exerce papel estratégico no atendimento à população usuária do SUS, bem como no apoio ao ensino, à pesquisa e à formação de profissionais da saúde. A complexidade de suas atividades, associada ao elevado volume assistencial e à expansão gradual da capacidade instalada, impõe a necessidade de uma estrutura administrativa compatível com a magnitude, criticidade e continuidade das operações hospitalares, sob pena de comprometimento da eficiência assistencial, da governança institucional e da adequada utilização dos recursos públicos.

3.6. A contratação de profissionais de apoio administrativo — tais como Apoio Operacional, Assistente Financeiro, Técnico em Secretariado e Encarregado Administrativo — configura, nesse contexto, medida necessária, preventiva e estratégica, voltada à mitigação de riscos administrativos, assistenciais e operacionais no âmbito da unidade hospitalar sob gestão da Rede HU Brasil.

3.7. A inclusão do posto de Encarregado Administrativo está prevista na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, a qual estabelece expressamente:

***Parágrafo Terceiro: Fica certo e de acordo entre as entidades sindicais que será adotado 01 (um) líder de serviços para contratos que tenham de 05 (cinco) até 10 (dez) funcionários; acima de 10 (dez), deverá ser contratado um Encarregado de Serviços, conforme descrito na tabela de ordem salarial."***

- 3.8. Ressalta-se, contudo, que a inclusão do posto de Encarregado Administrativo possui respaldo na Convenção Coletiva de Trabalho **utilizada como parâmetro referencial pela Administração.** (60715312)
- 3.9. A ausência dessa contratação acarretaria descumprimento de norma coletiva, expondo a Administração a riscos trabalhistas, contratuais e financeiros, além de fragilizar a gestão operacional dos serviços terceirizados. A não realização da contratação poderá comprometer a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços prestados, com impactos diretos no atendimento aos usuários do SUS, além de dificultar o cumprimento de protocolos assistenciais, metas pactuadas e compromissos institucionais assumidos junto aos gestores do sistema de saúde.
- 3.10. Ressalte-se que a escassez de profissionais administrativos tem provocado a alocação indevida de servidores da área assistencial em atividades burocráticas, reduzindo a força de trabalho destinada ao atendimento direto aos pacientes e configurando risco assistencial relevante, com potencial de sobrecarga das equipes, aumento do tempo de espera, comprometimento da qualidade do cuidado e maior probabilidade de falhas nos processos assistenciais. No âmbito administrativo, a insuficiência de pessoal de apoio compromete a continuidade, a eficiência e a confiabilidade dos processos internos, tais como controle e tramitação documental, registros administrativos, faturamento hospitalar, alimentação de sistemas corporativos, acompanhamento e fiscalização contratual. Esse cenário pode resultar em perdas financeiras, fragilização dos controles internos e prejuízos à governança institucional.
- 3.11. Tal situação tende a se agravar em razão da ampliação da capacidade assistencial do HUGV-Ufam, com a expansão de 110 para 220 leitos, conforme fls. 2 e 3 Ata – SEI nº 17 (52656193), no âmbito do Processo SEI nº 23531.010133/2025-58 e Ata - SEI 07 Extraordinária (59076206), o que implicará aumento significativo e permanente da demanda por serviços administrativos correlatos.
- 3.12. Verifica-se, ainda, o aumento da Contratualização de serviços assistenciais e administrativos no âmbito do Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas – HUGV-Ufam, conforme Processo SEI nº 23531.001050/2026-59, decorrente da ampliação da capacidade instalada, da maior complexidade operacional e do incremento da demanda assistencial. Tal cenário acarreta elevação significativa das atividades relacionadas à gestão administrativa, controle, fiscalização, registros, monitoramento de fluxos e faturamento, exigindo reforço compatível da estrutura de apoio administrativo para assegurar a adequada sustentação das operações institucionais.
- 3.13. A insuficiência da estrutura administrativa frente ao crescimento das demandas operacionais pode comprometer a utilização da nova capacidade instalada, a execução e fiscalização contratual, a regularidade dos registros administrativos, a precisão do faturamento e a continuidade eficiente dos serviços prestados. Nesse contexto, destaca-se, ainda, a necessidade de suporte às atividades desenvolvidas pelo Núcleo Interno de Regulação Hospitalar (NIRHOSP), conforme demanda formalizada no Processo SEI nº 23531.005207/2026-15, tendo em vista a essencialidade das atividades de regulação hospitalar relacionadas às internações, admissões, transferências, altas hospitalares, monitoramento do mapa cirúrgico e aprovações nos sistemas de regulação. Considerando o funcionamento contínuo do setor, de domingo a domingo, das 07h às 19h, identificou-se a necessidade de reforço da equipe de apoio administrativo, não apenas para atendimento das demandas do NIRHOSP, mas também para suprir eventuais necessidades operacionais e administrativas do HUGV-Ufam.
- 3.14. Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas acessórias mostra-se medida necessária para assegurar a continuidade, eficiência e segurança operacional das atividades administrativas de suporte. Assim, foram incluídos postos de trabalho destinados ao atendimento das demandas administrativas vinculadas à regulação hospitalar e às demais necessidades institucionais do HUGV-Ufam, no âmbito da contratação estruturada sob o regime de execução por empreitada por preço unitário, do tipo menor preço global.
- 3.15. A adoção do regime de execução por empreitada por preço unitário revela-se tecnicamente adequada diante da impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos efetivamente demandados ao longo da execução contratual, especialmente em razão da expansão gradual da capacidade assistencial, da ampliação da contratualização e da variabilidade das demandas administrativas decorrentes da dinâmica operacional hospitalar. A remuneração por postos de serviço decorre da natureza continuada, operacional e rotineira das atividades contratadas, bem como da inviabilidade técnica de mensuração individualizada das tarefas executadas, assegurando maior controle administrativo, previsibilidade contratual, eficiência na fiscalização e observância dos princípios da economicidade, eficiência e segurança jurídica.
- 3.16. A fundamentação jurídica da escolha encontra respaldo no art. 43, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, bem como no art. 9º, inciso I e § 3º, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0, que admitem a adoção do regime por preço unitário nas hipóteses em que não seja possível definir previamente, com precisão, os quantitativos do objeto. A solução adotada também se alinha ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, consubstanciado nos Acórdãos nº 1.977/2013 e nº 2.622/2013, ambos do Plenário, observando os princípios do planejamento, eficiência e economicidade. Ademais, a contratação encontra respaldo no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que

autoriza a execução indireta de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios que não integrem o núcleo das competências legais do órgão ou entidade.

3.17. No caso concreto, os serviços objeto da contratação possuem natureza continuada, acessória, instrumental e de suporte administrativo, não se confundindo com as atividades finalísticas da unidade hospitalar, sendo plenamente passíveis de terceirização. A estruturação da contratação observa integralmente o disposto no Decreto nº 9.507/2018, na Instrução Normativa nº 05/2017 e nos demais normativos aplicáveis, preservando as atribuições típicas dos empregados públicos e vedando qualquer transferência de atividades decisórias, estratégicas, gerenciais ou exclusivas da Administração.

3.18. Os empregados do quadro próprio permanecerão responsáveis pelas atividades de natureza tática, estratégica, gerencial e decisória, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento institucional, coordenação, supervisão técnica, fiscalização contratual, controle interno, validação de informações, tomada de decisão administrativa e prática de atos administrativos formais. A terceirização restringe-se exclusivamente às atividades auxiliares de apoio administrativo, caracterizadas pela execução de tarefas operacionais, rotineiras, padronizadas e instrumentais, sem qualquer atribuição de poder decisório, discricionariedade administrativa ou responsabilidade final sobre processos institucionais.

3.19. Ressalta-se, de forma expressa, que a contratação não implica substituição de mão de obra própria, não caracteriza desvio de função, não transfere responsabilidade administrativa e não enseja delegação de atos administrativos ou decisórios ao contratado, permanecendo sob responsabilidade exclusiva da Administração a condução, supervisão, validação e fiscalização das atividades executadas.

3.20. Por fim, considerando o disposto no art. 6º, inciso II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0, o objeto foi estruturado de modo a buscar a maior vantagem competitiva, mediante avaliação dos custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, assegurando ampla competitividade, preservação da economia de escala e eficiência da contratação.

3.21. Dessa forma, a presente contratação mostra-se plenamente adequada à natureza continuada, acessória e operacional dos serviços de apoio administrativo, contribuindo para a adequada utilização da capacidade instalada, sustentabilidade operacional, fortalecimento da gestão administrativa e preservação do interesse público primário, consistente na prestação de serviços de saúde de qualidade, bem como no apoio às atividades de ensino, pesquisa e formação de profissionais da saúde, em consonância com a missão institucional da Rede HU Brasil.

#### 3.22. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

3.22.1. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil);

3.22.2. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

3.22.3. [Lei nº 13.709](#), de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

3.22.4. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 – Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

3.22.5. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

3.22.6. [Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943](#), que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, assim como suas alterações;

3.22.7. [Decreto nº 7.746](#), de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

3.22.8. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte,

agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3.22.9. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

3.22.10. [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#) - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

3.22.11. [DECRETO Nº 12.174, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024](#), Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

3.22.12. [Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018](#), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;

3.22.13. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.22.14. [Instrução Normativa nº 05](#), de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.22.15. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

3.22.16. [Instrução Normativa SEGES nº 58](#), 08 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

3.22.17. [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 190, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024](#), Dispõe sobre a relação dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

3.22.18. Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União;

3.22.19. [Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH](#) (Documento SEI nº 40700077) - Dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede HU Brasil;

3.22.20. [Norma Operacional - SEI nº 07/2023/DAI-EBSERH](#) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil);

3.22.21. Nota Técnica 66/2018- MP, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/notasei-66-2018.pdf>;

3.22.22. Norma Regulamentadora nº 4, que estabelece os parâmetros e os requisitos para constituição e manutenção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT;

3.22.23. Norma Regulamentadora nº 5, que estabelece os parâmetros e os requisitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA;

3.22.24. Norma Regulamentadora nº 7, que estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO nas organizações;

3.22.25. Norma Regulamentadora nº 9, que estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no

Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;

- 3.22.26. Norma Regulamentadora nº 10, que estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade;
- 3.22.27. Norma Regulamentadora nº 15 e 16, que tratam respectivamente de atividades e operações insalubres e perigosas;
- 3.22.28. Norma Regulamentadora nº 32, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral;
- 3.22.29. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025;](#)
- 3.22.30. [Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0;](#)
- 3.22.31. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Rede HU Brasil;](#)
- 3.22.32. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Rede HU Brasil;](#)
- 3.22.33. [Política de Classificação de Contratos por Riscos de Fraude e Corrupção;](#)
- 3.22.34. [Política de Relacionamento com Fornecedores da Rede HU Brasil;](#)
- 3.22.35. Código de Ética e Conduta da Rede HU Brasil;

#### 4. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante acordo formal entre as partes, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0, em consonância com o art. 71 da Lei nº 13.303/2016.
- 4.2. A prorrogação ficará condicionada à demonstração de vantajosidade da contratação, à regularidade da execução contratual, à manutenção das condições de habilitação da contratada e à comprovação de que os preços permanecem compatíveis com os praticados no mercado, devidamente atestadas em processo administrativo formal, com fundamento nos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, conforme reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
- 4.3. A rescisão contratual poderá ocorrer por ato unilateral da Rede HU Brasil, por acordo entre as partes (rescisão amigável) ou por determinação judicial, nos termos dos arts. 228 a 230 do RCC 3.0.
- 4.4. A rescisão unilateral, quando motivada por interesse público ou por descumprimento contratual, deverá ser necessariamente precedida de regular processo administrativo, devidamente instaurado, instruído e motivado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se os princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade, segurança jurídica e devido processo legal, sob pena de nulidade do ato.
- 4.5. A rescisão será formalizada mediante termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser obrigatoriamente publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Rede HU Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento aos princípios da publicidade e transparência, nos termos do art. 230 do RCC 3.0.
- 4.6. Os efeitos da rescisão do contrato produzir-se-ão somente após a comunicação formal e escrita do julgamento do processo administrativo à contratada, preferencialmente por meio eletrônico, observadas as regras de ciência inequívoca do interessado. Na hipótese de insucesso da notificação, os efeitos terão início a partir da publicação do ato no Diário Oficial da União, resguardando-se a segurança jurídica e a eficácia do ato administrativo.



## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 5.1. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5.2. **Solução Única e Integrada:** Em observância ao art. 6º, inciso II, do RCC/HU Brasil 3.0, o objeto da presente contratação foi concebido como solução única e integrada, técnica e economicamente indivisível, estruturada de modo a compatibilizar eficiência operacional, economicidade, governança contratual e ampla competitividade, sem prejuízo da isonomia entre os licitantes.

5.3. A descrição da solução como um todo, apresentada na **Tabela 2** e detalhada no Anexo Estudo Técnico Preliminar 9/2026 (61133139), abrange a prestação de serviços continuados de apoio administrativo, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva. A execução do objeto exige coordenação centralizada, padronização de procedimentos, gestão unificada de pessoal e avaliação contínua de desempenho, circunstâncias que inviabilizam técnica e economicamente o parcelamento do objeto, sob pena de elevação de custos administrativos, ampliação de riscos operacionais e comprometimento da eficiência da contratação.

5.4. O objeto desta contratação consiste em serviço continuado e essencial ao funcionamento do HUGV/Ufam, caracterizando-se como serviço comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente mensuráveis, conhecidos no mercado e definíveis em edital, garantindo previsibilidade, fiscalização eficiente e ampla competitividade. Tal classificação encontra respaldo na Lei nº 13.303/2016, que exige padronização de objetos e instrumentos de contratação; no RCC/HU Brasil 3.0, que orienta a adoção de critérios claros e mensuráveis, assegurando economicidade e governança; e na jurisprudência consolidada do TCU, em consonância com o art. 32, inciso IV, da Lei n.º 13.303/2016.

5.5. A solução contempla profissionais devidamente qualificados, com formação, habilidades e conhecimentos mínimos exigidos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, cabendo à contratada assegurar a atualização permanente da força de trabalho por meio de treinamentos periódicos, conforme exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

5.6. No presente caso, as atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh/HU Brasil, não havendo, pois, incidência das disposições da Resolução-CA n.º 298/2025

5.7. As categorias profissionais e os quantitativos foram definidos com base em critérios técnicos, histórico de demanda, dimensionamento funcional e capacidade operacional, constando de forma clara no Anexo I – Quadro Resumo dos Postos de Trabalho, em consonância com o planejamento e estudo técnico preliminar do RCC/HU Brasil 3.0 e os princípios de eficiência, economicidade e transparência previstos na Lei nº 13.303/2016.

5.8. A contratação unificada em um único contrato, **sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço global**, encontra respaldo no art. 43, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, bem como nos arts. 6º, incisos II e III, e 9º, inciso I, do RCC/HU Brasil 3.0, considerando que:

5.8.1. O objeto possui execução integrada e interdependente;

5.8.2. A fragmentação contratual acarretaria perda de economia de escala;

5.8.3. Haveria aumento dos custos de fiscalização, gestão e administração contratual; e

5.8.4. Seriam ampliados os riscos de sobreposição de responsabilidades e conflitos operacionais.

5.9. O critério de julgamento do tipo menor preço global revela-se o mais adequado à natureza do objeto, assegurando previsibilidade orçamentária, controle de custos, simplificação da gestão contratual e mitigação de riscos financeiros, sem prejuízo da competitividade.

5.10. Não será admitida a subcontratação, em observância aos princípios da responsabilidade integral da contratada, da segurança jurídica, da rastreabilidade da execução e da efetividade da fiscalização, tendo em vista que a terceirização parcial comprometeria a uniformidade da execução, dificultaria o controle da mão de obra com dedicação exclusiva e ampliaria os riscos trabalhistas e operacionais.

- 5.11. A contratação será realizada por meio de pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, bem como em conformidade com o art. 6º, inciso IV, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0), que prevê a adoção preferencial dessa modalidade para aquisição de bens e serviços comuns. O **certame será estruturado em 01 (um) grupo com 05 (cinco) itens, organização que reflete a lógica funcional da solução, sem caracterizar restrição indevida à competitividade, promovendo a disputa entre empresas com capacidade real de execução integral do objeto.**
- 5.12. A não exclusividade da contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte encontra respaldo no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que:
- 5.12.1. A complexidade e a escala da contratação demandam estrutura organizacional robusta, experiência comprovada e capacidade financeira compatível; e
- 5.12.2. A restrição poderia comprometer a competitividade, a vantajosidade e a segurança da contratação.
- 5.13. Permanecem integralmente assegurados às ME/EPP os benefícios legais aplicáveis, tais como preferência em caso de empate e tratamento diferenciado previsto na legislação.
- 5.14. Os serviços serão prestados à Superintendência, Gerências, Divisões, Setores, Unidades e Ambulatório Araújo Lima do Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV-Ufam.
- 5.15. A execução ocorrerá diariamente, em horários definidos conforme a conveniência administrativa da Contratante, observada a legislação trabalhista e as convenções coletivas aplicáveis. Os horários poderão ser ajustados conforme necessidade do HUGV-Ufam, respeitados os intervalos inter e intrajornada, sem acréscimo de jornada.
- 5.16. As jornadas regulares serão de segunda a sexta-feira, para cargas horárias de 40 (quarenta) horas semanais, ou conforme a necessidade do HUGV-Ufam, observadas a Consolidação das Leis do Trabalho, normas do Tribunal Superior do Trabalho, Convenções Coletivas e demais normas subsidiárias.
- 5.17. As jornadas em regime de 12x36 ocorrerão de domingo a domingo, das 07h às 19h, ou conforme a necessidade administrativa do HUGV, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, as normas do Tribunal Superior do Trabalho, as Convenções Coletivas aplicáveis e demais normas correlatas.
- 5.18. Os postos de serviços não poderão permanecer descobertos. Na hipótese de faltas, afastamentos ou ausências, a Contratada deverá providenciar, no início da jornada, a substituição do profissional, com empregado de qualificação equivalente, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de aplicação das penalidades contratuais.
- 5.19. Não será permitida a realização de horas extras. Eventuais necessidades excepcionais deverão ser solucionadas por reorganização da jornada, compensação de horários ou reposição imediata de mão de obra, sem geração de custos adicionais.
- 5.20. A Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos no **Anexo II** e nas Convenções Coletivas respectivas, comprovados no ato da contratação.
- 5.21. É vedada a contratação de familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no HUGV-Ufam, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 5.22. É obrigatório o cumprimento integral do piso salarial e das normas estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, com base territorial no Município de Manaus/AM.
- 5.23. A Contratada deverá apresentar 01 (um) preposto, às suas expensas, durante toda a vigência contratual, responsável pela gestão das demandas, interlocução com a fiscalização e administração da equipe.
- 5.24. Em razão do quantitativo de empregados e da dedicação exclusiva de mão de obra, é obrigatória a manutenção de escritório local no Município de Manaus/AM, para assegurar pronta reposição de profissionais, tratamento tempestivo de ocorrências e continuidade da execução contratual.

- 5.25. A execução dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.
- 5.26. A distribuição do efetivo poderá ser ajustada conforme a demanda das unidades e determinação do gestor do contrato, preservado o quantitativo global contratado.
- 5.26.1. A contratação inclui, além do fornecimento de mão de obra:
- a) Uniformes;
  - b) Treinamentos;
  - c) Vale transporte;
  - d) Outros benefícios determinados pela norma coletiva;
  - e) Tributos e encargos securitários, sociais e trabalhistas incidentes sobre o contrato;
- 5.26.2. É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da Contratada, como, por exemplo, exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados (art. 5º, IN/SLTI/MP nº 05/2017).
- 5.26.3. A Contratada deverá adotar, como critérios e práticas de sustentabilidade, os preceitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025, naquilo que couber.
- 5.27. **UNIFORMES.**
- 5.27.1. A Contratada responsabilizar-se-á pelo fornecimento de uniformes completos aos seus empregados de acordo com o clima da região e com a logomarca da empresa, observado o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 5.27.2. A substituição dos itens de uniformes ocorrerá a cada 12(doze) meses, conforme **Anexo III**. Além disso, a Contratada deve assegurar o fornecimento sempre que necessário, dependendo do desgaste prematuro claramente evidenciado.
- 5.27.3. Os uniformes deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal, impreterivelmente assinada e datada por profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização.
- 5.27.4. Caso seja necessário efetuar ajustes e consertos dos uniformes no ato da entrega aos colaboradores, eventuais despesas deverão ser arcadas pela Contratada, sendo vedado o repasse dos custos aos profissionais.
- 5.27.5. O crachá, contendo fotografia recente, é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela Contratada, e substituído assim que apresentar qualquer defeito, não podendo, em hipótese alguma, o funcionário da Contratada exercer sua atividade sem estar devidamente identificado por este instrumento laboral.
- 5.27.5.1. Os crachás fornecidos pela Contratada a seus empregados devem ser compatíveis com o sistema de acesso do HUGV-Ufam.
- 5.28. **ATRIBUIÇÕES**
- 5.28.1. Conforme estabelecido no **Anexo II** deste Termo de Referência.
6. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - AJUSTES**

1. Em observância ao art. 6º, inciso II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, versão 3.0, bem como às disposições aplicáveis da Lei nº 13.303/2016, o objeto da presente contratação foi concebido como solução única e integrada, técnica e economicamente indivisível, estruturada de modo a compatibilizar eficiência operacional, economicidade, governança contratual e ampla competitividade, sem prejuízo da isonomia entre os licitantes.
2. A execução do objeto exige coordenação centralizada, padronização de procedimentos, gestão unificada de pessoal e avaliação contínua de desempenho, circunstâncias que inviabilizam técnica e economicamente o parcelamento do objeto, sob pena de elevação de custos administrativos, ampliação de riscos operacionais e comprometimento da eficiência da contratação.
3. O objeto caracteriza-se como serviço de natureza continuada, essencial ao funcionamento regular da Administração, enquadrando-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente mensuráveis, amplamente conhecidos no mercado e passíveis de definição precisa no instrumento convocatório, em conformidade com o RCC/HU Brasil 3.0, com a Lei nº 13.303/2016 e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.
4. A solução contempla profissionais devidamente qualificados, com formação, habilidades e conhecimentos mínimos exigidos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, cabendo à contratada assegurar a atualização permanente da força de trabalho por meio de treinamentos periódicos, conforme exigências objetivas estabelecidas no instrumento convocatório.
5. As categorias profissionais e os respectivos quantitativos foram definidos com base em critérios técnicos, histórico de demanda, dimensionamento funcional e capacidade operacional, constando de forma clara e objetiva no Anexo I – Quadro Resumo dos Postos de Trabalho, em atendimento às exigências de planejamento, motivação e detalhamento técnico previstas no RCC/HU Brasil 3.0 e na Lei nº 13.303/2016.
6. A opção pela contratação unificada em um único contrato, sob o regime de empreitada por menor preço por preço unitário, encontra respaldo nas disposições do RCC/HU Brasil 3.0 e da Lei nº 13.303/2016, considerando que:
  - a) O objeto possui execução integrada e interdependente;
  - b) A fragmentação contratual acarretaria perda de economia de escala;
  - c) Haveria aumento dos custos de fiscalização, gestão e administração contratual; e
  - d) Seriam ampliados os riscos de sobreposição de responsabilidades e conflitos operacionais.
7. O critério de julgamento pelo menor preço por preço unitário revela-se o mais adequado à natureza do objeto, assegurando previsibilidade orçamentária, controle de custos, simplificação da gestão contratual e mitigação de riscos financeiros, sem prejuízo da competitividade.
8. Não será admitida a subcontratação, em observância aos princípios da responsabilidade integral da contratada, da segurança jurídica, da rastreabilidade da execução e da efetividade da fiscalização, tendo em vista que a terceirização parcial comprometeria a uniformidade da execução, dificultaria o controle da mão de obra com dedicação exclusiva e ampliaria os riscos trabalhistas e operacionais, nos termos admitidos pelo RCC/HU Brasil 3.0 e pela Lei nº 13.303/2016.
9. A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, conforme previsto no RCC/HU Brasil 3.0 e na Lei nº 13.303/2016, estruturada em 01 (um) grupo com 05 (cinco) itens, organização que reflete a lógica funcional da solução, sem caracterizar restrição indevida à competitividade, promovendo a disputa entre empresas com capacidade real de execução integral do objeto.
10. A não exclusividade da contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte encontra respaldo no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que:
11. A complexidade e a escala da contratação demandam estrutura organizacional robusta, experiência comprovada e capacidade financeira compatível; e

12. A restrição poderia comprometer a competitividade, a vantajosidade e a segurança da contratação.
13. Permanecem integralmente assegurados às ME/EPP os benefícios legais aplicáveis, tais como preferência em caso de empate e tratamento diferenciado previsto na legislação.
14. Os serviços serão prestados à Superintendência, Gerências, Divisões, Setores, Unidades e ao Ambulatório Araújo Lima do Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV.
15. A execução ocorrerá diariamente, em horários definidos conforme a conveniência administrativa da Contratante, observada a legislação trabalhista e as convenções coletivas aplicáveis. Os horários poderão ser ajustados conforme necessidade do HUGV, respeitados os intervalos inter e intrajornada, sem acréscimo de jornada.
16. As jornadas regulares serão de segunda a sexta-feira, para cargas horárias de 40 (quarenta) horas semanais, ou conforme a necessidade do HUGV, observadas a Consolidação das Leis do Trabalho, normas do Tribunal Superior do Trabalho, Convenções Coletivas e demais normas subsidiárias.
17. As jornadas em regime de 12x36 ocorrerão de domingo a domingo, das 07h às 19h, ou conforme a necessidade administrativa do HUGV, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, as normas do Tribunal Superior do Trabalho, as Convenções Coletivas aplicáveis e demais normas correlatas.
18. Os postos de serviços não poderão permanecer descobertos. Na hipótese de faltas, afastamentos ou ausências, a Contratada deverá providenciar, no início da jornada, a substituição do profissional, com empregado de qualificação equivalente, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de aplicação das penalidades contratuais.
19. Não será permitida a realização de horas extras. Eventuais necessidades excepcionais deverão ser solucionadas por reorganização da jornada, compensação de horários ou reposição imediata de mão de obra, sem geração de custos adicionais.
20. A Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos no **Anexo II** e nas Convenções Coletivas respectivas, comprovados no ato da contratação.
21. É vedada a contratação de familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no HUGV, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.
22. É obrigatório o cumprimento integral do piso salarial e das normas estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, com base territorial no Município de Manaus/AM.
23. A Contratada deverá apresentar 01 (um) preposto, às suas expensas, durante toda a vigência contratual, responsável pela gestão das demandas, interlocução com a fiscalização e administração da equipe.
24. Em razão do quantitativo de empregados e da dedicação exclusiva de mão de obra, é obrigatória a manutenção de escritório local no Município de Manaus/AM, para assegurar pronta reposição de profissionais, tratamento tempestivo de ocorrências e continuidade da execução contratual.
25. A execução dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.
26. A distribuição do efetivo poderá ser ajustada conforme a demanda das unidades e determinação do gestor do contrato, preservado o quantitativo global contratado.
27. A contratação inclui, além do fornecimento de mão de obra:
  - a) a) Uniformes;
  - b) b) Treinamentos;
  - c) c) Vale transporte;

- d) d) Outros benefícios determinados pela norma coletiva;
- e) e) Tributos e encargos securitários, sociais e trabalhistas incidentes sobre o contrato;

28. É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da Contratada, como, por exemplo, exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados (art. 5º, IN/SLTI/MP nº 05/2017).

29. A Contratada deverá adotar, como critérios e práticas de sustentabilidade, os preceitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025, naquilo que couber.

6.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação: pessoa jurídica especializada no fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva; deve cumprir com os padrões exigidos de produtividade e frequência estabelecidos para contratação de prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas acessórias no HUGV-Ufam.

6.2. Os profissionais que comporão o quadro da contratada deverão possuir perfil e competências compatíveis com as atribuições a serem desempenhadas, de modo a assegurar a adequada execução do objeto contratado.

6.3. As categorias profissionais a serem disponibilizadas em regime de dedicação exclusiva de mão de obra são as constantes no **Anexo I** deste Termo de Referência, assim como os requisitos e perfil a serem cumpridos encontram-se no **Anexo II**.

## 7. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

7.1. A presente contratação adotará como regime de execução **empreitada por preço unitário, do tipo menor preço global**.

## 8. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

8.1. Trata-se de contratação destinada à unidade hospitalar Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas, a ser executada sob o regime de execução descentralizada, tanto no aspecto orçamentário quanto no que se refere à gestão dos procedimentos de efetivação da contratação, acompanhamento da execução e emissão das ordens de serviço, em conformidade com as normas internas da Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh/HU Brasil)

8.2. A execução dos serviços dar-se-á mediante Termo de Contrato a ser firmado entre o Hospital Universitário Getúlio Vargas e a Contratada, com vigência inicial de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0, condicionada à regularidade da prestação dos serviços, ao atendimento dos níveis de desempenho estabelecidos e à manutenção da vantajosidade econômica, com preços compatíveis com os praticados no mercado.

8.3. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 203 do RCC 3.0, preservado o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

8.4. Para fins de formalização da obrigação de pagamento, o HUGV-Ufam emitirá a correspondente Nota de Empenho, em consonância com o disposto neste Termo de Referência e nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados os limites orçamentários e financeiros descentralizados para a execução da despesa.

## 9. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

- 9.2. A Seleção do Fornecedor ocorrerá por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.
- 9.3. O serviço será executado sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 9.4. O objeto enquadra-se como serviço continuado, nos termos do art. 191, inciso I, do RCC 3.0, tendo em vista que sua necessidade é permanente, impondo à contratada a execução de atividades de forma contínua ao longo da vigência contratual.
- 9.5. O código CATSER a ser utilizado é o **5380** – Prestação de Serviços de Apoio Administrativo.
10. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 10.1. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
- 10.1.1. O critério de julgamento adotado será o do Tipo Menor Preço Global.
- 10.1.2. As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no Edital.
- 10.2. **MODO DE DISPUTA**
- 10.2.1. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado modo de disputa aberto e fechado.
- 10.3. **INTERVALO ENTRE LANCES**
- 10.3.1. O intervalo mínimo entre os lances será de R\$ 100,00 - a incidir tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 10.4. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 10.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:
- a) as previsões constantes no art. 70 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela HU Brasil;
  - b) a Política de Transações com partes relacionadas da Rede HU Brasil atualizada, que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
  - c) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9º da Instrução Normativa nº 03, de 2018;
  - d) o previsto no art. 6º, inciso VII, do RCC 3.0:  
*Art. 6º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Rede HU Brasil:  
(...) VII - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Rede HU Brasil, que guardem pertinência com o objeto da contratação.*
- 10.5. **CRITÉRIOS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 10.5.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.
- 10.6. **CRITÉRIOS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 10.6.1. Comprovação de que já executou contrato(s) de de apoio às atividades administrativas acessórias equivalentes por um período mínimo de 12 (doze) meses.

10.6.1.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 12 (doze) meses, referente a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de 1(um) ano ser ininterrupto. Em razão das características e dos riscos da contratação, tal exigência fundamenta-se nos termos do entendimento firmado pelo TCU no Acórdão 733/2026-Plenário: "Acórdão 733/2026 Plenário (Representação, Relator Ministro Jorge Oliveira) Licitação. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Serviços contínuos. Experiência. Tempo. Justificativa. Estudo técnico preliminar. Capacidade técnico-operacional. Em licitações de serviços continuados, a exigência de comprovação de tempo mínimo de experiência (art. 67, § 5º, da Lei 14.133/2021), para fins de qualificação técnico-operacional, deve estar adequadamente fundamentada em informações constantes do estudo técnico preliminar, sob pena de infração ao disposto no art. 18, § 1º, incisos I e VII, da mencionada lei.

10.6.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente;

10.6.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6.1.4. Nos atestados deve constar a data da sua assinatura e a data de vigência (início e duração) do contrato a que ele se referir.

10.6.1.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6.1.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

10.6.2. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.6.2.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.6.3. Declaração de Disponibilidade de Instalação de Escritório conforme **Anexo VII**.

## 10.7. PROPOSTAS DE PREÇOS

10.7.1. Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema Comprasnet:

10.7.1.1. Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados;

10.7.1.2. A **Proposta de Preços**, a ser enviada pela LICITANTE deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, e ainda o valor global considerando os 12 (doze) meses de contratação da Solução, conforme a **Tabela abaixo, sendo:**

- a) Identificação do CATSER;
- b) Descrição Detalhada do item;
- c) Unidade de Medida;
- d) Quantidade Estimada Ofertada;



- e) Quantidade Anual de Postos de Trabalho x Valor Unitário x Valor Total - (considerando os 12 meses de contratação);
- f) Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias.
- g) Planilha de Custos e Formação de Preço de acordo com o **Anexo IX**.

**Tabela 3 - Tabela modelo para composição e envio da proposta de preços:**

| [1]<br>GRUPO | [2]<br>CATSER | [3]<br>ESPECIFICAÇÃO   | [4]<br>ITEM | [5]<br>CATEGORIA   | [6]<br>UNIDADE DE<br>MEDIDA | [7]<br>QUANTIDADE<br>ESTIMADA<br>MENSAL DE<br>POSTOS DE<br>TRABALHO | [8]<br>PERIODICIDADE<br>ANUAL | [9]<br>QUANTIDADE<br>ANUAL DE<br>POSTO DE<br>TRABALHO<br>(7x8) | [10]<br>VALOR<br>UNITÁRIO DO<br>POSTO DE<br>TRABALHO | [11]<br>VALOR TOTAL<br>DO POSTO DE<br>TRABALHO<br>(9x10) |
|--------------|---------------|--|-------------|--|-----------------------------|---|-------------------------------|--|--|--|
| 1            | 5380          | Contratação de prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas acessórias | 1           | Apoio Operacional Administrativo (40hs)                            | Posto deTrabalho            | 88  | 12                            | 1056   | R\$  | R\$  |
|              |               |  | 2           | Apoio Operacional Administrativo (12h x 36h) Diurno                | Posto deTrabalho            | 06  | 12                            | 72   | R\$  | R\$  |
|              |               |  | 3           | Encarregado Administrativo Apoio Operacional Administrativo (40hs) | Posto deTrabalho            | 01  | 12                            | 12   | R\$  | R\$  |
|              |               |  | 4           | Assistente Financeiro Apoio Operacional Administrativo (40hs)      | Posto deTrabalho            | 10  | 12                            | 120  | R\$  | R\$  |
|              |               |  | 5           | Técnico em Secretariado Apoio Operacional Administrativo (40hs)    | Posto deTrabalho            | 08  | 12                            | 96   | R\$  | R\$  |
|              |               |  |             | <b>TOTAIS</b>  |                             | <b>113</b>  |                               | <b>1356</b>  |  | <b>R\$</b>   |

10.7.2. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários da(s) empresa(s) como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso

os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Rede HU Brasil. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

10.7.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Nota Fiscal de Serviços (NFS-e) e/ou Fatura.

#### 10.8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS DOS CUSTOS ESTIMADOS

10.8.1. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0.

10.8.2. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do Edital, levantar todas as questões necessárias ao desenvolvimento de seus trabalhos, a fim de não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

10.8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços é peça fundamental para a composição dos custos dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e para análise da exequibilidade da proposta, além de constituir instrumento essencial nos processos de repactuação ou revisões de preços. A planilha de custos e formação de preços deverá ser elaborada com informações mínimas conforme o **Anexo IX** deste Termo de Referência. A PCFP está baseada no anexo VII-D da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 05, de 26/05/2017.

10.8.4. O salário normativo mensal da categoria, para elaboração da planilha de custos e formação de preços, será aquele estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho em vigor e homologada para o ano em vigor. Caso não haja previsão de piso salarial estabelecidos em Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo para as categorias estabelecidas na contratação, a Contratada deverá apresentar pesquisa de preço através dos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

10.8.5. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.8.6. As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, dissídios coletivos ou leis que regem cada categoria profissional que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, segundo disposto no anexo VII (item 6.2 – c) da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 05, de 26/05/2017. A empresa contratada deverá cumprir, de forma integral, as normas estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) **utilizada como parâmetro referencial pela Administração (60715312)**.

10.8.7. A ausência da indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, dissídios coletivos ou leis, exigida neste subitem, a qual inviabilize ou dificulte a análise das planilhas por parte da área técnica da Rede HU Brasil poderá acarretar a desclassificação da proposta da licitante.

10.8.8. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, instrumentos necessários, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à sua composição, bem como outros exigidos pela convenção coletiva da categoria. Adicionalmente, no que tange a verba de natureza salarial denominada insalubridade, as alíquotas e a base de cálculo serão aquelas correspondentes as respectivas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT apresentadas, entretanto, não há óbice, posteriormente a homologação do certame, da revisão quer seja pela Contratada ou Contratante mediante apresentação de Laudos Técnicos e/ou Pareceres por profissionais da Engenharia de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho de acordo com a legislação de regência. A atribuição à contratada de elaboração de laudos de insalubridade/periculosidade e laudos técnicos das condições ambientais de trabalho, considerando as conclusões do PARECER Nº 147/2023/DJLC/SCAD/CONJUR/PRES-EBSERH, em que foi analisada a responsabilidade pela elaboração de laudo técnico de condições ambientais do trabalho nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

a) a responsabilidade pela elaboração de laudo técnico de condições ambientais do trabalho nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra é solidária, compartilhada pela empresa contratada (empregadora direta) e pela unidade hospitalar contratante (tomadora dos serviços prestados em seu estabelecimento) (art. 17 da [Convenção n.º 155 da OIT](#); art. 5º-A, §3º, e art. 9º, §1º, da [Lei n.º 6.019/1974](#); art. 9º da [Lei n.º 12.690/2012](#); itens 1.5.8. e seguintes da [NR n.º 1 do MTE](#); item 4.5.2. da [NR n.º 4 do MTE](#); e art. 68, §11, do [Decreto n.º 3.048/1999](#));

b) admite-se a elaboração do laudo, preferencialmente, pela própria Administração ou, justificadamente, pela empresa contratada, pelo Ministério do Trabalho ou mediante a

contratação de serviços especializados ([Parecer Jurídico n.º 00006/2018/CPLC/PGF/AGU](#); e [Acórdão TCU n.º 1496/2023 - Plenário](#));

c) mesmo que o edital atribua à empresa contratada a obrigação de elaborar o laudo pericial, há a necessidade de homologação do laudo pela unidade hospitalar contratante, como decorrência do dever de fiscalização contratual e da obrigação de garantir as condições de saúde e segurança do ambiente de trabalho do seu estabelecimento (item 10.1., alínea "f", do Anexo VIII-B da [IN SEGES/MP n.º 5/2017](#); art. 4º, inciso XVI, da [Portaria n.º 8/2019 do Presidente da Ebserh](#) - 0766081; e art. 68, inciso VI, do [Regimento Interno da Administração Central da Ebserh](#));

d) caso a unidade hospitalar contratante não acolha o laudo apresentado pela empresa contratada, deve fazer uso de Laudo Técnico substitutivo, justificando expressa e motivadamente as razões que afastam a utilização do laudo não homologado (Parecer Jurídico n.º 119/2023/DJLC/SCAD/CONJUR/PRES-EBSERH - 33005505);

e) a inserção de previsão relacionada a aferição e pagamento de adicional de insalubridade em contratos vigentes pode ensejar alteração qualitativa, cuja viabilidade depende de análise individualizada de cada situação concreta.

10.8.9. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações deste Termo de Referência não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” ou alterar a composição de preços unitários.

10.8.10. Em conformidade com o disposto no item 9.1 do Acórdão TCU nº 950/2007 – Plenário, e a Mensagem Comunica DSLG/SIASG/DF nº 037226, datada de 12/06/2007, não mais devem constar das Planilhas de Custos parcelas com os tributos IRPJ e CSLL.

10.8.11. A Rede HU Brasil poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na planilha de custos e formação de preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

10.8.12. A inobservância do prazo fixado pela Rede HU Brasil para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes/incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

10.8.13. Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, a Rede HU Brasil poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.8.14. Na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais **não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório**.

10.8.15. Caberá a Contratada responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais até o local de trabalho, por meios próprios em casos de paralisação de transporte coletivo regular, ou providenciar a imediata substituição dos profissionais para o período.

10.8.16. Deverão ser observados, quando do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, os valores percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/SAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros).

10.8.17. Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU – Plenário nº 2.647/2009).

10.8.18. Na composição do Item 4 do ANEXO VII – E-2: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO, da planilha de custos e formação de preços, no que tange aos percentuais de Tributos Federais (PIS/COFINS), as alíquotas deverão ser cotadas de acordo com a natureza de cada licitante, submetida ao regime de tributação específica, observando a legislação vigente, em especial as Instruções Normativas editadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário.

10.8.19. Para as licitantes tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS deverá ser cotado o percentual das alíquotas efetivas, tendo em vista que as Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

10.8.20. As licitantes tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

10.8.21. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo 12 (doze) meses anteriores à data da proposta, poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

10.8.22. A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza - ISSQN terá que refletir o regime de tributação da empresa licitante, comprovada por meio de apresentação de documentação específica.

10.8.23. Para o correto preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços é imprescindível a observação de todas as notas explicativas constantes nos **Anexo IX** desse Termo de Referência.

## 11. VISTORIA

11.1. A licitante deve agendar vistoria prévia aos locais dos serviços, até o último dia útil anterior à abertura da licitação e em horário comercial, conforme quadro abaixo.

**Tabela 4 - Profissionais que poderão acompanhar a vistoria ao local dos serviços, caso necessário:**

| Endereço   | Profissional da Equipe de Planejamento da Contratação | E-mail                      |
|--|---|-----------------------------|
| <b>HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS</b><br>Rua Tomás de Vila Nova, número 300 - Bairro Centro<br>Manaus-AM, CEP 69020-545 | Leandro Castelo Branco da Costa                       | usg.hugv-ufam@ebserh.gov.br |
|  | Maria Consueila da Silva Oliveira Delgado             |                             |
|  | Junymar Brasil de Farias                              |                             |
|  | Rodrigo Icles Rabelo                                  |                             |

11.2. Para a realização da vistoria, o licitante ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

11.2.1. A Vistoria Técnica de que trata o item acima, visa possibilitar às empresas concorrentes tomar total ciência das condições das instalações físicas a serem disponibilizadas pela Instituição. O modelo da declaração de realização de vistoria encontra-se como **Anexo IV** deste Termo de Referência.

11.2.2. Declaração de Vistoria conforme **Anexo IV** ou Declaração de Opção de Dispensa de Realização da Vistoria conforme **Anexo V**.

11.2.3. Faculta-se ao licitante, a substituição da Declaração de Realização de Vistoria pela Declaração de Opção de Dispensa de Realização de Vistoria (modelo **Anexo V**)

devidamente assinada pelo representante responsável da licitante. Em tal documento, sob as penalidades da lei, a licitante afirma ter pleno conhecimento das especificações, aspectos e condições que podem influenciar direta ou indiretamente a execução do objeto licitado, assumindo total responsabilidade pela decisão de não realizar a vistoria e informando que não será cabível a alegação de desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitação de qualquer alteração do valor do contrato que celebrar, caso seja vencedor do certame licitatório.

11.2.4. A licitante que optar pela **NÃO** realização da vistoria, sendo vencedora, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização dos serviços e suas peculiaridades, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame, assim como não poderá utilizar a decisão para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

11.2.5. Para realização da vistoria técnica, a licitante deverá entrar em contato através do e-mail [usg.hugv-ufam@ebserh.gov.br](mailto:usg.hugv-ufam@ebserh.gov.br), disposto na tabela 4, para agendamento de dia e horário da visita.

## 12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. A previsão para início da execução dos serviços será dia 01/07/2026, salvo se houver a homologação antes ou depois desta data.

12.2. Os quantitativos para contratação serão executados conforme cronograma abaixo:

### CONTRATAÇÃO - APÓS A HOMOLOGAÇÃO - FASEAMENTO

| DESCRIÇÃO DOS CARGOS                                | QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO | QUANTITATIVO INICIAL DE PROFISSIONAIS | DATA PREVISTA PARA CONTRATAÇÃO |
|---|----------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|
| Apoio Operacional Administrativo (40h)              | 20                               | 20                                    | 01/07/2026                     |
| Apoio Operacional Administrativo Diurno (12h x 36h) | 02                               | 04                                    |                                |
| Encarregado Administrativo (40h)                    | 01                               | 01                                    |                                |
| Assistente Financeiro (40h)                         | 02                               | 02                                    |                                |
| Técnico em Secretariado (40h)                       | 08                               | 08                                    |                                |
| <b>TOTAIS 1</b>                                     | <b>33</b>                        | <b>35</b>                             |                                |

**CONTRATAÇÕES FUTURA - ACRÉSCIMOS CONFORME DEMANDA**

| DESCRIÇÃO DOS CARGOS                                | QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO | QUANTITATIVO FUTURO DE PROFISSIONAIS | DATA PREVISTA PARA CONTRATAÇÃO  |
|---|----------------------------------|--------------------------------------|---|
| Apoio Operacional Administrativo (40h)              | 20                               | 20                                   | A partir de 06/03/2027 após o término do contrato em vigor, <b>ESPECIFICAMENTE, <u>deste cargo</u></b> ocorrerá um incremento/ absorção de mais 20 qauntitativo de profissionais no tocante a este posto de trabalho - Apoio Operacional Administrativo, totalizando um quantitativo de 40 postos de trabalho contratados. Sendo que os demais preenchimento de postos de trabalho <b><u>está condicionada à necessidade real da unidade hospitalar, à evolução das instalações físicas e do ambiente tecnológico, à entrada em operação de novas áreas assistenciais e administrativas e ao incremento do volume de atendimentos, demanda da rede de atenção à saúde pelo Gestor SUS via Contratualização e da produção hospitalar em razão da ampliação da capacidade assistencial do HUGV-Ufam, com a expansão de 110 para 220 leitos,</u></b> observando-se critérios de oportunidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público. |
| Apoio Operacional Administrativo (40h)              | 48                               | 48                                   | Este quantitativo de profissionais referente a este posto de trabalho <b><u>está condicionada à necessidade real da unidade hospitalar,</u></b> à evolução das instalações físicas e do ambiente tecnológico, à entrada em operação de novas áreas assistenciais e administrativas e ao incremento do volume de atendimentos, demanda da rede de atenção à saúde pelo Gestor SUS via Contratualização e da produção hospitalar <b><u>em razão da ampliação da capacidade assistencial do HUGV-Ufam, com a expansão de 110 para 220 leitos,</u></b> observando-se critérios de oportunidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público.  |
| Apoio Operacional Administrativo Diurno (12h x 36h) | 04                               | 08                                   | Este quantitativo de profissionais referente a este posto de trabalho <b><u>está condicionada à necessidade real da unidade hospitalar,</u></b> à evolução das instalações físicas e do ambiente tecnológico, à entrada em operação de novas áreas assistenciais e administrativas e ao incremento do volume de atendimentos, demanda da rede de atenção à saúde pelo Gestor SUS via  |

|                                |    |    |  |
|--------------------------------|----|----|--|
|                                |    |    | Contratualização e da produção hospitalar <i>em razão da ampliação da capacidade assistencial do HUGV-Ufam, com a expansão de 110 para 220 leitos</i> , observando-se critérios de oportunidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público.  |
| Assistente Financeiro<br>(40h) | 08 | 08 | Condicional à necessidade real da unidade hospitalar, à evolução das instalações físicas e do ambiente tecnológico, à entrada em operação de novas áreas assistenciais e administrativas e ao incremento do volume de atendimentos, demanda da rede de atenção à saúde pelo Gestor SUS via Contratualização e da produção hospitalar <i>em razão da ampliação da capacidade assistencial do HUGV-Ufam, com a expansão de 110 para 220 leitos</i> , observando-se critérios de oportunidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público. |
| TOTAIS 2                       | 80 | 84 | Quantitativos residuais de Postos de Trabalho e Profissionais, respectivamente.  |

*.....2.2 A efetiva implantação e o preenchimento dos postos de trabalho ocorrerão de forma progressiva, condicionada à necessidade real da unidade hospitalar, à evolução das instalações físicas e do ambiente tecnológico, à entrada em operação de novas áreas assistenciais e administrativas e ao incremento do volume de atendimentos, observando-se critérios de oportunidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público.*

*.....3.9 Tal situação tende a se agravar em razão da ampliação da capacidade assistencial do HUGV-Ufam, com a expansão de 110 para 220 leitos, conforme Ata – SEI nº 17 (52656193, fls. 2 e 3), no âmbito do Processo SEI nº 23531.010133/2025-58 e Ata - SEI 07 Extraordinária (59076206), o que implicará aumento significativo e permanente da demanda por serviços administrativos correlatos.*

12.3. Ressalta-se que o Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV/Ufam possui contratação vigente relacionada à prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas, formalizada por meio do Processo SEI nº 23531.008071/2022-71, referente ao Termo de Contrato nº 003/2025, celebrado com a empresa Beta Brasil Serviços de Conservação e Limpeza Ltda., contemplando atualmente 20 (vinte) postos de Auxiliar Administrativo, cujo vínculo contratual permanecerá vigente até 05/03/2027, com os postos abaixo apresentados:

| ITEM | CARGO                   | LOCALIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO           |
|------|-------------------------|--|
| 1    | Auxiliar Administrativo | Unidade de Diagnóstico por Imagem          |
| 2    | Auxiliar Administrativo | Unidade de Suporte Operacional (Protocolo) |
| 3    | Auxiliar Administrativo | Unidade de Ambulatório (Recepção)          |
| 4    | Auxiliar Administrativo | Unidade de Ambulatório (Recepção)          |

|    |                         |   |
|----|-------------------------|---|
| 5  | Auxiliar Administrativo | Unidade de Ambulatório (Recepção)                 |
| 6  | Auxiliar Administrativo | Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos |
| 7  | Auxiliar Administrativo | Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos |
| 8  | Auxiliar Administrativo | NIHOSP (Recepção - Internação)                    |
| 9  | Auxiliar Administrativo | Unidade de Ambulatório (Recepção)                 |
| 10 | Auxiliar Administrativo | Unidade de Diagnóstico por Imagem                 |
| 11 | Auxiliar Administrativo | Internação  |
| 12 | Auxiliar Administrativo | Unidade de Regulação Assistencial (NIRA)          |
| 13 | Auxiliar Administrativo | Gerência de Ensino e Pesquisa                     |
| 14 | Auxiliar Administrativo | Faturamento                                       |
| 15 | Auxiliar Administrativo | Internação  |
| 16 | Auxiliar Administrativo | Unidade de Regulação Assistencial (NIRA - AAL)    |
| 17 | Auxiliar Administrativo | Unidade de Regulação Assistencial (NIRA - AAL)    |
| 18 | Auxiliar Administrativo | Unidade de Regulação Assistencial (NIRA - AAL)    |
| 19 | Auxiliar Administrativo | Gerência Administrativa                           |
| 20 | Auxiliar Administrativo | Setor de Contabilidade                            |

12.4. A partir de 06/03/2027, os referidos postos serão absorvidos pela contratação decorrente do Processo SEI nº 23531.002006/2026-66, estruturada com a finalidade de promover a unificação dos serviços administrativos acessórios em solução contratual única e integrada, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, racionalização administrativa e planejamento da contratação, conforme diretrizes estabelecidas no Regulamento de Compras e Contratos da Rede HU Brasil – RCC 3.0.

12.5. A modelagem adotada busca evitar fragmentação contratual, sobreposição indevida de escopos, aumento de custos administrativos e riscos operacionais decorrentes da multiplicidade de contratos com objetos correlatos, assegurando maior eficiência na gestão e fiscalização contratual.

12.6. Esclarece-se, ainda, que ocorrerá sobreposição transitória e excepcional entre os contratos, restrita ao período estritamente necessário à mobilização e finalização contratual com a Beta Brasil, transição operacional e substituição da empresa contratada, sem caracterização de duplicidade permanente de execução contratual. Tal medida visa garantir a continuidade dos serviços administrativos essenciais, sem prejuízo às atividades finalísticas da Administração.

12.7. Adicionalmente, a presente modelagem encontra respaldo no RCC 3.0 da HU Brasil, que admite a celebração de mais de um contrato para execução de serviços de mesma natureza, desde que haja justificativa expressa, delimitação objetiva dos escopos e controle individualizado da execução contratual, conforme disposto no art. 16 do referido regulamento.

12.8. Dessa forma, ao término da vigência do Contrato nº 003/2025, os postos atualmente vinculados ao referido ajuste serão integralmente incorporados à nova contratação, permanecendo os serviços concentrados em único instrumento contratual, em conformidade com o planejamento institucional e com as diretrizes de governança contratual da Rede HU Brasil.

12.9. O modelo de gestão, descrevendo como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Rede HU Brasil, constará no Contrato.

12.10. **Notas de Empenho**



12.10.1. As Notas de Empenho emitidas durante a vigência do Contrato permanecerão válidas após o término do correspondente instrumento contratual desde que inscritas em restos à pagar e correlato a execução da competência da despesa da prestação do serviço a época da vigência daquela cobertura contratual em respeito ao princípio da anualidade no art. 2º da Lei nº 4.320/1964, salvo, melhor juízo.

12.10.2. A emissão da Nota de Empenho será de acordo com a característica do objeto de acordo com o art. 60, § 2º e § 3º da Lei nº 4.320/1964, sendo:

Ordinário: destinada a atender despesa com finalidade **determinada e quantificada**, cuja liquidação e pagamento devam ocorrer de uma só vez.

Estimativo: destinada a atender despesa o qual **não se pode determinar previamente o montante exato** a ser pago, como ocorre, em particular, com as contas de água, luz, gás e telefone.

Global: destinada a atender despesa com **finalidade determinada e quantificada, mas cuja liquidação e pagamento devam ocorrer em parcelas, normalmente, em cada mês no decorrer do exercício**.

12.11. Após a assinatura do Contrato, será nomeado Gestor do Contrato, Fiscal Administrativo, Fiscais Técnicos e Fiscais Setoriais para acompanhamento e gestão do contrato firmado junto ao HUGV-Ufam.

12.12. A execução do contrato e a prestação dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por empregados e servidores públicos, gestores e fiscais, a serem designados pela autoridade competente.

12.13. O(s) representante(s) do Contratante deverá(ão) promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos arts. 207 e seguintes do RCC 3.0.

12.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.15. Serão adotados os seguintes mecanismos para comunicação, tratamento de demandas e das questões afetas ao ajuste: reuniões presenciais de trabalho com o preposto e/ou supervisor, telefonemas, mensagens eletrônicas via e-mail e outras ferramentas, correspondências oficiais, mediante a adoção de critérios de razoabilidade para a definição dos meios que serão utilizados em cada situação, desde que seja respeitada a formalização devida.

12.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições, vícios redibitórios ou outras ocorrências, bem como não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes.

12.17. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 220 a 230 do RCC 3.0.

#### 12.18. **PREPOSTO E SUAS ATRIBUIÇÕES**

12.18.1. A Contratada deverá, durante todo o período de vigência do contrato, manter respectivo preposto a fim de representá-la administrativamente, sempre que necessário, e gerenciar operacionalmente os empregados da empresa Contratada, devendo ser indicado ao gestor mediante declaração, em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, na qual deverão constar seus dados, tais como: nome completo, número do CPF, endereço e número de telefone celular, além dos dados relacionados a sua qualificação profissional, entre outros.

12.18.2. A Contratada deverá apresentar, em até 24h, nova declaração ao gestor sempre que houver mudança de preposto, com os dados atualizados.

12.18.3. A Contratada deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Contratante, por meio dos membros da equipe de

fiscalização do contrato, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para serem corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

12.18.4. São atribuições do preposto, dentre outras:

- a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- b) Manter os funcionários da Contratada nos respectivos postos, não devendo se afastarem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- c) Orientar os funcionários da Contratada a evitarem, ao máximo, aglomerações e reuniões desnecessárias entre si e demais colaboradores do Hospital, ressalvados os casos de urgência e necessidade do serviço;
- d) Acompanhar os trabalhos realizados pelos funcionários da Contratada;
- e) Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos funcionários da Contratada, efetivando coberturas quando necessário;
- f) Cumprir e fazer cumprir, por parte dos funcionários da Contratada, todas as determinações, instruções e orientações emanadas pela Contratante, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;
- g) Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- h) Manter um canal de comunicação eficiente com os funcionários da Contratada;
- i) Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- j) Relatar ao responsável pela fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- k) Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
- l) Encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;
- m) Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado;
- n) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos funcionários da Contratada, respondendo, perante o HUGV-Ufam - filial da Rede HU Brasil, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.
- o) Inibir o uso excessivo de aparelhos celulares no posto de serviço. Indicar a falta no IMR.

12.18.5. As atribuições de recebimento de demandas pelo preposto visam descaracterizar qualquer relação direta de subordinação entre a Administração e os funcionários da Contratada.

### 13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente em conformidade com os serviços efetivamente prestados pela Contratada, mediante medição quantitativa e avaliação qualitativa da execução.

- 13.2. A aferição/medição quantitativa das execuções mensais realizadas será efetuada com base na verificação da assiduidade e frequência ao trabalho da equipe de profissionais alocada nos postos de trabalho para prestação de serviços junto ao Contratante.
- 13.3. A avaliação qualitativa dos serviços prestados será realizada com a aplicação de Instrumento de Medição de Resultados – IMR.
- 13.4. **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**
- 13.4.1. É o ajuste escrito, **Anexo XI** deste Termo de Referência, que define os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço pela Contratada e respectivas adequações de pagamento.
- 13.4.2. O HUGV-Ufam adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. Quando não forem cumpridos pela Contratada, os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme **Anexo XI** deste Termo.
- 13.4.3. Os serviços serão constantemente avaliados pelos representantes do Contratante, que assinalarão as ocorrências na “Relação de Ocorrências”.
- 13.4.4. Os níveis de serviço apresentados neste Instrumento de Medição de Resultado têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.
- 13.4.5. Seguir-se-á a tabela constante do tópico “Faixas de Ajuste de Pagamentos” do **Anexo XI** deste IMR quanto ao percentual a ser debitado do faturamento mensal total dos serviços prestados pela Contratada em função do não cumprimento de acordo de níveis de serviço, sem prejuízo da glosa por eventuais postos mantidos descobertos e da aplicação das penalidades contratuais previstas em lei.
- 13.4.6. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
  - b) não configure descaracterização do objeto contratado.
- 13.4.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 13.4.7.1. não produziu os resultados acordados;
  - 13.4.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 13.4.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada."
- 13.4.8. No caso de alteração do Instrumento de Medição de Resultado vigente, a Contratada deverá se adaptar no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da comunicação formal emitida pelo Contratante, adotando-o em todos os novos serviços contratados a partir de então, segundo a conveniência do Contratante, não sendo admitido, em nenhuma hipótese, o repasse de custos desta adaptação para o Contratante - resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 13.4.9. O valor total do somatório dos descontos e das glosas aplicadas a um mesmo mês estará limitado a 10% do valor global mensal estimado. Porém, caso ultrapasse o percentual citado, será objeto de compensação posterior.
- 13.4.10. A apuração será sempre realizada com base nos dados do mês de referência do relatório gerencial.
- 13.4.11. A cada mês, o preposto da Contratada deverá analisar os motivos que ensejarem descontos em virtude dos resultados da avaliação qualitativa realizada com a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, bem como adotar medidas para readequação das rotinas de prestação dos serviços e superação das inconformidades que sobrevierem.

13.4.12. A Contratada e os membros de sua equipe devem adotar medidas para que os níveis de qualidade da prestação dos serviços contratados se mantenham dentro das metas de produtividade especificadas e esperadas.

13.4.13. O IMR será aplicado no segundo mês de operação em caráter de simulação e com efeitos práticos e efetivos a partir do terceiro mês.

13.4.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade e descumprimento dos níveis de qualidade e produtividade exigidos para a prestação dos serviços contratados, bem como quando forem ultrapassados os níveis mínimos previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, poderão ser aplicadas demais sanções previstas neste Termo de Referência.

### 13.5. RECEBIMENTO

13.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente ao serviço prestado, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

13.5.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

13.5.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

13.5.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

13.5.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

13.5.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período correspondente ao serviço prestado.

13.5.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

13.5.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

13.5.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.5.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

13.5.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

13.5.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.5.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.5.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do

contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.5.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.5.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

13.5.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

13.5.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.5.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.5.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.5.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.5.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.5.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato."

### 13.6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

13.6.1. Os pagamentos somente serão efetuados mensalmente após os atestes pela equipe de fiscalização do Contratante, das Notas Fiscais/Fatura apresentadas pelo preposto da Contratada, que conterão o detalhamento dos serviços cobrados e serão acompanhados dos demais documentos comprobatórios, relatórios e outros exigidos neste Termo de Referência.

13.6.2. O prazo para pagamento de cada Nota Fiscal de Serviços (NFS-e) e/ou Fatura definitiva será de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de seu protocolo junto ao Contratante.

13.6.3. Fica o Contratante autorizado a fazer o desconto e a glosa nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos pela Contratada.

13.6.4. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item acima pelo próprio Contratante, os valores retidos cautelarmente poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS que forem devidas.

13.6.5. Havendo erro ou incorreção nas notas fiscais/fatura apresentadas ou nos documentos comprobatórios e relatórios exigíveis na contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie a correção, adequação e saneamento das situações apontadas. Nesta hipótese, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após o protocolo da nota fiscal/fatura ou documentação regularizada, conforme a situação, fato que não acarretará qualquer ônus para

o Contratante.

13.6.6. As Notas Fiscais de Serviços (NFS-e) e/ou Fatura de cobrança dos serviços prestados deverão conter ao menos as seguintes informações:

- I - Data da emissão;
- II - Dados da Contratada, conforme preâmbulo do Contrato;
- III - Número do instrumento contratual adotado pelo Contratante, ou seja, Contrato nº /ano, Termo Aditivo nº /ano, Apostilamento /ano, vigência do respectivo instrumento contratual, dados bancários, e o número do Processo SEI fornecido mensalmente pelo fiscal do contrato;
- IV - Dados do Contratante;
- V - Descrição clara do objeto da contratação;
- VI - Período referencial da prestação dos serviços executados;

VII. Valor cobrado pelos serviços prestados em conformidade com as condições contratuais firmadas, discriminando valor unitário e valor total, isto é, informação analítica por item dos valores faturados;

VIII. A Nota Fiscal de Serviços (NFS-e) e/ou Fatura correspondente à prestação dos serviços deverá indicar o valor correto da retenção para a Previdência Social - INSS em convergência com a IN 2.110/2022, Lei nº 8.212/1991, Lei nº 9.711 de 20 de novembro de 1998, Imposto de Renda - IRPJ/IRRF, Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - CSLL, PIS, Cofins com base na IN 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, e Manual do substituto tributário do imposto sobre serviços - ISS e/ou Lei nº 116/2003 e/ou legislação municipal aplicável da localidade da prestação do serviço ou do domicílio do estabelecimento do prestador consoante aos mandamentos legais vigentes.

13.6.7. Antes do pagamento de cada Nota Fiscal de Serviços (NFS-e) e/ou Fatura, o Contratante realizará a verificação das condições de habilitação da Contratada, juntando os resultados ao processo de pagamento, considerando as seguintes consultas:

- I - Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos - TCU;
- II - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNJ;
- III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- IV - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou, na falta deste último:
- V - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
- VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- VII - Certidão de Regularidade do FGTS - CRF.

13.6.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n.º 8.212, de 1991.

13.6.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

13.6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.6.11. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.6.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao sicaf.

13.6.13. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

13.6.14. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

13.6.15. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela(s) Contratada(s), ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13.6.16. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária de Crédito para pagamento.

13.6.17. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que seja efetuada pela(s) Contratada(s) que porventura não tenha sido acordada no contrato.

13.6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE ou INPC/IBGE de correção monetária.

#### 14. **DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

14.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MPDG Nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o anexo XII da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 são as estabelecidas no presente Termo de Referência.

14.2. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

14.3. Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos profissionais da Contratada alocados para a execução do objeto contratual, que serão depositados pelo Contratante em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

14.4. A Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.4.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

14.5. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual de seus respectivos trabalhadores, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

14.6. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

- I. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- II. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- III. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- IV. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

14.7. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da Rede HU Brasil e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- I. 13º (décimo terceiro) salário;
- II. Férias e um terço constitucional de férias;
- III. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- IV. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

14.8. Os percentuais de provisionamento e serão aqueles indicados no submódulo 2.2 da Planilha de Custo e Formação de Preços da respectiva contratação.

14.9. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Rede HU Brasil e a instituição financeira.

14.10. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

14.11. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

14.12. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

14.13. A(s) empresa(s) contratada(s) poderá(ão) solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

14.13.1. Na situação do subitem acima, a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

14.13.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Rede HU Brasil, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

14.13.3. A empresa deverá apresentar à Rede HU Brasil, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.



14.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15. **VEDAÇÕES À CONTRATADA**

15.1. A contratação, como prestador de serviço terceirizado, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da unidade contratante ou de agente público que desempenhe funções em qualquer fase da contratação, nos termos do Decreto n.º 7.203/2010.

15.2. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do HUGV-Ufam.

15.3. Em hipótese alguma, poderá a Contratada, alegar desconhecimento das condições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

16. **GARANTIA CONTRATUAL**

16.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor efetivamente contratado.

16.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

16.3. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

16.4. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

16.5. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

16.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

16.7. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária.

16.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

16.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Ebserh/HU Brasil à CONTRATADA; e
- III - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

- 16.11. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da CONTRATADA.
- 16.12. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 16.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 16.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Ebserh/HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Ebserh/HU Brasil.
- 16.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 16.16. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 16.17. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 16.18. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/2022.
- 16.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 16.20. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 16.21. A Ebserh/HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 16.22. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Ebserh/HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 16.23. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 16.24. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 16.25. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 16.26. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

- 16.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 16.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

17. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

17.1. Os critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos neste Termo de Referência estão em plena sintonia com os objetivos da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 do MPOG, e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025.

17.2. A empresa Contratada deverá realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

17.3. A empresa Contratada deverá ainda, adotar as seguintes normas:

17.3.1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

17.3.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

17.3.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

17.3.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

17.3.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

17.3.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

17.3.7. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

17.3.8. As emissões de gases e poluentes do equipamento devem estar enquadradas nos padrões mínimos exigidos pela atual legislação de proteção ambiental;

17.3.9. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

17.3.10. Só será admitido o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE)/ Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e movidos a biocombustível;

17.3.11. A Contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

17.3.12. A contratada deverá observar a Resolução CONAMA n. 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

17.3.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

18. **REONERAÇÃO GRADUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO**

18.1. A pedido da CONTRATADA, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos dos arts. 196, § 1º, e 206, inciso I, do RCC 3.0, após efetiva majoração das alíquotas,

conforme regime de transição previsto nos arts. 9º-A e 9º-B da Lei n.º 12.546/2011, com a redação dada pela Lei n.º 14.973/ 2024.

18.2. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei n.º 14.973/2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

18.3. A revisão prevista no item acima, caso requerida pela CONTRATADA, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

#### 19. **INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS**

19.1. Em conformidade com o art. 30 do RCC 3.0 da HU Brasil, os preços referenciais adotados para esta licitação são sigilosos, sendo tornados públicos apenas após a fase de lances das propostas, durante a etapa externa do certame.

19.2. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

19.3. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº 23531.003424/2026-71, em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

#### 20. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. As despesas decorrentes desta contratação encontram-se programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2026.

20.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo HUGV-Ufam/HU Brasil).

#### 21. **JORNADA DE TRABALHO – ENQUADRAMENTO E APLICAÇÃO**

21.1. Nos termos da Portaria n.º 667/2025 (56319637) e da IN SEGES/MGI n.º 190/2024, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 148/2026, quando as atividades contratadas se enquadrarem nos serviços listados no Anexo I, será aplicada a redução da jornada de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas semanais aos trabalhadores alocados no contrato em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, inclusive aos encarregados gerais vinculados ao respectivo serviço.

21.2. A aplicação da jornada reduzida observará o modelo de execução do objeto e as exceções normativas, nos termos abaixo, devendo a Contratante registrar no Quadro de Postos/Planilha quais parcelas/postos se submetem à jornada de 40h e quais permanecem em regime excepcional, quando cabível.

21.3. EXCEÇÕES. A redução de jornada não se aplica, ainda que o serviço esteja listado no Anexo I, quando o serviço for prestado em escala de revezamento “12x36” ou “24/72”.

21.4. ADEQUAÇÃO DO MODELO DE EXECUÇÃO. A Contratante verificará o impacto da redução de jornada no modelo de execução do objeto, com eventuais ajustes nas rotinas de trabalho e no período de disponibilização do serviço, preservado o nível de serviço e a fiscalização contratual.

21.5. INTERVALO INTRAJORNADA (VEDAÇÃO). O intervalo intrajornada será concedido conforme a legislação trabalhista. É vedado que adaptações decorrentes da redução de jornada impliquem aumento do intervalo intrajornada. A implementação da redução, quando aplicável, deverá ocorrer por adequação dos horários de entrada e/ou saída, conforme as rotinas e janelas de cobertura definidas no modelo de execução.

21.6. VEDAÇÃO – SALDO DE HORAS. É vedado à Contratada utilizar o saldo de horas decorrente da redução de jornada para exigir a realização de outras atividades pelos empregados alocados no contrato.

21.7. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS. A redução de jornada não implicará redução de salários ou benefícios. A planilha de custos deverá observar, no mínimo, os valores e

benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável e nas demais normas pertinentes.

## 22. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

22.1. Não será admitida a subcontratação, em observância aos princípios da responsabilidade integral da contratada, da segurança jurídica, da rastreabilidade da execução e da efetividade da fiscalização, tendo em vista que a terceirização parcial comprometeria a uniformidade da execução, dificultaria o controle da mão de obra com dedicação exclusiva e ampliaria os riscos trabalhistas e operacionais. Além disso, a) a mão de obra exclusiva exige vínculo direto com a contratada. A subcontratação dilui a relação de subordinação, criando riscos de reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Administração Pública; b) a vedação facilita a fiscalização de encargos trabalhistas, previdenciários e FGTS, pois a empresa vencedora é a única responsável direta;

22.2. Ademais, considerando as características do objeto, a natureza comum do serviço, a existência de competidores individuais em número suficiente para garantir a competitividade do certame, **NÃO SERÁ ADMITIDA** a participação de consórcios e cooperativas.

## 23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo a execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração a continuidade do contrato.

## 24. ANEXOS

24.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- Anexo I – Dimensionamento de postos de trabalho;
- Anexo II – Rol de atividades básicas, requisitos mínimos e perfil de cada categoria profissional;
- Anexo III – Uniformes a serem fornecidos pela Contratada por categoria profissional;
- Anexo IV – Declaração de Realização de Vistoria;
- Anexo V – Declaração de Opção de Dispensa de Realização de Vistoria;
- Anexo VI – Declaração de vedação ao nepotismo;
- Anexo VII – Declaração de Disponibilidade de Instalação de Escritório, no caso de a licitante não possuir sede local;
- Anexo VIII – Controle de horário (Banco de Horas);
- Anexo IX – Planilha de Custo e Formação de Preços;
- Anexo X – Comunicação de Ocorrências;
- Anexo XI – Instrumento de Medição de Resultados - IMR;
- Anexo XII - Termo de Recebimento Definitivo.
- Anexo XIII - Termo de Recebimento Provisório.

Link dos anexos acima disponíveis (61369781)

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria - SEI nº 35, de 26 de fevereiro de 2026 (58389917).

**Equipe de Planejamento da Contratação:***(Assinado eletronicamente)***Junymar Brasil de Farias**

Chefe substituto da Unidade de Suporte Operacional  
Hospital Universitário Getúlio Vargas  
Coordenador da EPC

*(Assinado eletronicamente)***Maria Consueila da Silva Oliveira Delgado**

Chefe substituta do Setor de Administração  
Integrante Demandante da EPC

*(Assinado eletronicamente)***Leandro Castelo Branco da Costa**

Chefe substituto da Divisão de Administração e Finanças  
Integrante Demandante da EPC

*(Assinado eletronicamente)***Rodrigo Icles Rabelo**

Chefe substituto da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar  
Integrante Demandante da EPC

- 24.2. De acordo.
- 24.3. Encaminhe-se à Gerência Administrativa para apreciação.

*(Assinado eletronicamente)***Rodrigo Icles Rabelo**

Chefe substituto da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar

- 24.4. De acordo.
- 24.5. A contratação do serviço em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 24.6. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 24.7. Encaminhe-se ao Setor de Administração para início da fase de Seleção de Fornecedor.

*(assinado eletronicamente)*

**Luiz André Mourão**  
Gerente Administrativo  
Portaria - SEI nº 545, de 30 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Junymar Brasil de Farias, Chefe de Unidade, Substituto(a)**, em 08/06/2026, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Consueila Da Silva Oliveira, Chefe de Setor, Substituto(a)**, em 08/06/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Castelo Branco da Costa, Chefe de Divisão, Substituto(a)**, em 08/06/2026, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Andre Mourao, Gerente**, em 08/06/2026, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Icles Rabelo, Chefe de Divisão, Substituto(a)**, em 08/06/2026, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **61631680** e o código CRC **C766EE4E**.

Referência: Processo nº 23531.002006/2026-66 SEI nº 61631680